

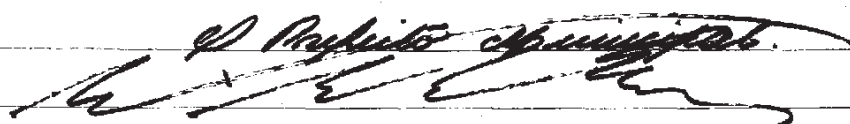
escola mais próxima de sua habitação, onde prestarão, nos ipsoes regulamentares, os exames de habilitação previstos em lei.

Artigo 4º - Quando se verificar a hipótese do § 1º do Art. 3º, a pessoa que ensinar o ensino terá direito a uma gratificação por prestação de serviços, a qual terá por base o número de crianças matriculadas e a frequência mensal à escola de abril a Setembro. Ruvireno (CM 180000) por mês, com matrícula de 20 (vinte) alunos.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução do presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de um (1) ano da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 20 de Agosto de 1956.

Pelo Prefeito Municipal:


Registrada e publicada na Secretaria Municipal, em 20 de Agosto de 1956.

Pelo Secretário Coutador:
Wilton Rosa Balça

Lei nº 265 de 20 de Agosto de 1956.

Que altera a Lei nº 137 de 17 de Abril de 1950, sobre pagamento em prestação e dá outras providências.

Wilton de Sousa Alves, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas



por Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal decretei e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os artigos 4º e os artigos 7º, 8º e 9º e seu § único, da Lei n. 132 de 12-4-950, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 4º -

§ único - A taxa de cada proprietário ^{dividida} em 12 (doze) prestações trimestrais que deverão ser pagas sucessivamente no prazo de 3 (três) anos, ficando a propriedade que preferir efetuar o pagamento total imediato, de 10% de desconto.

Artigo 7º - Os lançamentos serão feitos em livro especial, em que se consignarão os totais total e trimestrais divididos pelo contribuinte, assim como os pagamentos que forem sendo efetuados em conta de seu crédito.

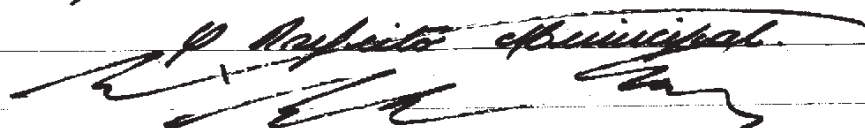
Artigo 8º - As taxas serão pagas de 90 em 90 (noventa em noventa) dias, independentemente de mais aviso ou notificação.

Artigo 9º - As prestações vencidas e não pagas no devido prazo, poderão ser quitadas ainda, dentro de 30 (trinta) dias decorridos da multa de mora de 10% (dez por cento).

§ único - Sendo este último prazo sem a efetivação do pagamento, perderá o contribuinte direito à liquidação em prestações e a taxa devida, em sua totalidade e mais a multa de mora não cobrada sucessivamente.

Artigo 3º: — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 20 de agosto de 1956.
Tal a autêntica que diz: "dividida".


P. Prefeito Municipal.

Registrada e publicada na Secretaria Municipal, em 20 de agosto de 1956.

Pelo Secretário Contador.
Milton Rosa Dalgl.

Lei nº 266 de 20 de agosto de 1956.

Que dispõe sobre criação de adicional de 6% sobre os impostos municipais para assistência médica, hospitalar e Educacional.

Wibson de Souza Lopo, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e em promulga a seguinte lei:

Artigo 1º: — Fica criado um imposto adicional de assistência de 6% (seis por cento) a ser cobrado sobre todos os impostos municipais, para fazer face às despesas decorrentes da assistência médica e hospitalar a indigentes e Educacional.

Artigo 2º: — Os impostos que vultam a ser criados no município sofrerão o aumento adicional de 6% (seis por cento) para